



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 638518 - SP (2021/0001029-7)

RELATOR : MINISTRO FELIX FISCHER
IMPETRANTE : SALVADOR SCARPELLI NETO
ADVOGADO : SALVADOR SCARPELLI NETO - SP429489
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : RAFAEL OLIVEIRA SANTOS (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de RAFAEL OLIVEIRA SANTOS em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (HC n. 2300908-52.2020.8.26.0000).

O paciente foi preso em flagrante, em 9/11/2020, como incurso no art. 33, § 1º, inciso I, da Lei n. 11.343/2006, tendo a custódia sido convertida em preventiva.

O impetrante sustenta que "a busca pessoal baseou-se exclusivamente em um critério que não está amparado pelo referido preceito processual, o que implica ilegalidade", que as substâncias encontradas (caféina, a tetracaína e a lidocaína) não são químicos que se encontram nas hipóteses proibidas pela Portaria SVS/MS n. 344/1998 como utilizadas como precursores para fabricação e síntese de entorpecentes e/ou psicotrópicos.

Alega que não estariam presentes os requisitos necessários para a manutenção da custódia cautelar do réu.

Defende que a medida extrema poderia ser substituída por cautelares diversas.

Requer, liminarmente, que o paciente possa aguardar em liberdade até o julgamento final deste *writ* e, no mérito, pugna pela concessão da ordem para que seja revogada a prisão preventiva, aplicando-lhe medidas alternativas à prisão.

É, no essencial, o relatório. Decido.

A matéria não pode ser apreciada pelo Superior Tribunal de Justiça, pois não foi examinada pelo Tribunal de origem, que ainda não julgou o mérito do *writ* originário.

A jurisprudência do STJ firmou-se no sentido de que não cabe *habeas corpus*

contra indeferimento de pedido de liminar em outro *writ*, salvo no caso de flagrante ilegalidade, conforme demonstra o seguinte precedente:

AGRAVO REGIMENTAL NO *HABEAS CORPUS*. EXECUÇÃO PENAL. CUMPRIMENTO DE PENA EM PRISÃO DOMICILIAR. RECOMENDAÇÃO 62/2020 DO CNJ. COVID-19. GRUPO DE RISCO. CRIME VIOLENTO. CONDIÇÃO DE SAÚDE. AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DE POSSIBILIDADE DE AGRAVAMENTO. RECÁLCULO DA PENA. INOVAÇÃO RECURSAL. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. ILEGALIDADE. AUSÊNCIA. AGRAVO IMPROVIDO.

[...]

3. A matéria relativa ao recálculo da pena para fins de progressão de regime, além de representar indevida inovação recursal, não foi objeto de análise pelo Tribunal de origem, motivo pelo qual esse ponto não poderá ser conhecido por esta Corte Superior, sob pena de indevida supressão de instância.

4. Agravo regimental improvido. (AgRg no HC n. 579.110/SP, relator Ministro Nefi Cordeiro, Sexta Turma, DJe de 14/9/2020.)

Confira-se também a Súmula n. 691 do STF: “Não compete ao Supremo Tribunal Federal conhecer de *habeas corpus* impetrado contra decisão do Relator que, em *habeas corpus* requerido a tribunal superior, indefere a liminar.”

No caso, não visualizo, em juízo sumário, manifesta ilegalidade que autorize o afastamento da aplicação do mencionado verbete, porquanto a decisão recorrida explicitou:

Imputa-se ao paciente a prática de crime grave (tráfico de drogas), e segundo a decisão recorrida, "...o autuado é reincidente, possuindo duas condenações definitivas pela prática de crime de roubo majorado, uma delas já extinta e a outra ainda em cumprimento de pena..."(fls. 60), a sugerir pelo menos a princípio ser detentor de personalidade deturpada, justificando-se a manutenção da prisão provisória, por ora, ficando a liminar indeferida.

Ante o exposto, com fundamento no art. 21, XIII, c, c/c o art. 210 do RISTJ, indefiro liminarmente o presente *habeas corpus*.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 08 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente